CLIPPING IMPRESSO

03/09/2019

comunicação & informação

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... 1 - 2
   1.2. EVENTOS..... 3
   1.3. PUBLICIDADE LEGAL..... 4 - 5
2. JORNAL EXTRA
   2.1. AÇÕES TJMA..... 6
   2.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... 7 - 8
   2.3. DECISÕES..... 9
   2.4. DESEMBARGADOR..... 10
3. JORNAL O IMPARCIAL
   3.1. PROCESSO SELETIVO..... 11 - 12
4. JORNAL O PROGRESSO
   4.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... 13 - 14
5. JORNAL PEQUENO
   5.1. POSSE..... 15
   5.2. SERVIDOR PÚBLICO..... 16

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Renegociação de dívidas movimenta mais de R$ 3,6 milhões

Os acordos registraram uma média de descontos superior a 55%; foram mais de 3 mil atendimentos

A sétima edição do projeto "Balcão de Renegociação de Dívidas", em São Luís, movimentou o montante de R$ 3.607.022,75 (valor original) em acordos financeiros envolvendo empresas, instituições e cidadãos. A iniciativa foi do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão e ocorreu no período de 26 a 30 de agosto, no Rio Anil Shopping.

Foram registrados mais de 3 mil atendimentos presenciais, que resultaram em negociações num valor final de R$ R$ 1.609.142,51, com um percentual médio de descontos de 55,39%. Além desse total, foram realizados também 197 atendimentos pela equipe de conciliadores da Justiça, referentes a agendamentos de sessões de conciliação em Centros de Solução de Conflitos de São Luís. Os valores somam R$ 308.210,77 (dívidas originais).

O "Balcão de Renegociação de Dívidas" integra o projeto "Consumidor Adimplente - Cidadão com Plenos Direitos", desenvolvido pelo Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, com a finalidade de estimular o diálogo entre consumidores em situação de inadimplência e instituições credoras, com vistas à renegociação de dívidas.

Continuidade

O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, garantiu que o Judiciário maranhense continuará desenvolvendo projetos na modalidade do Balcão, buscando incentivar o diálogo, a conciliação e a pacificação social.

"Estamos convictos de que a conciliação é o melhor caminho para solucionar os conflitos dos cidadãos, especialmente em nossa sociedade, que encontra-se altamente endividada. Nesse sentido, continuaremos investindo nos meios consensuais de solução de conflitos, inclusive digitais, com vistas à pacificação social", frisou.●

Íntegra em **oestadoma.com/*471979***

Divulgação

O Balcão de Renegociação de Dívidas ocorreu de 26 a 30 de agosto

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

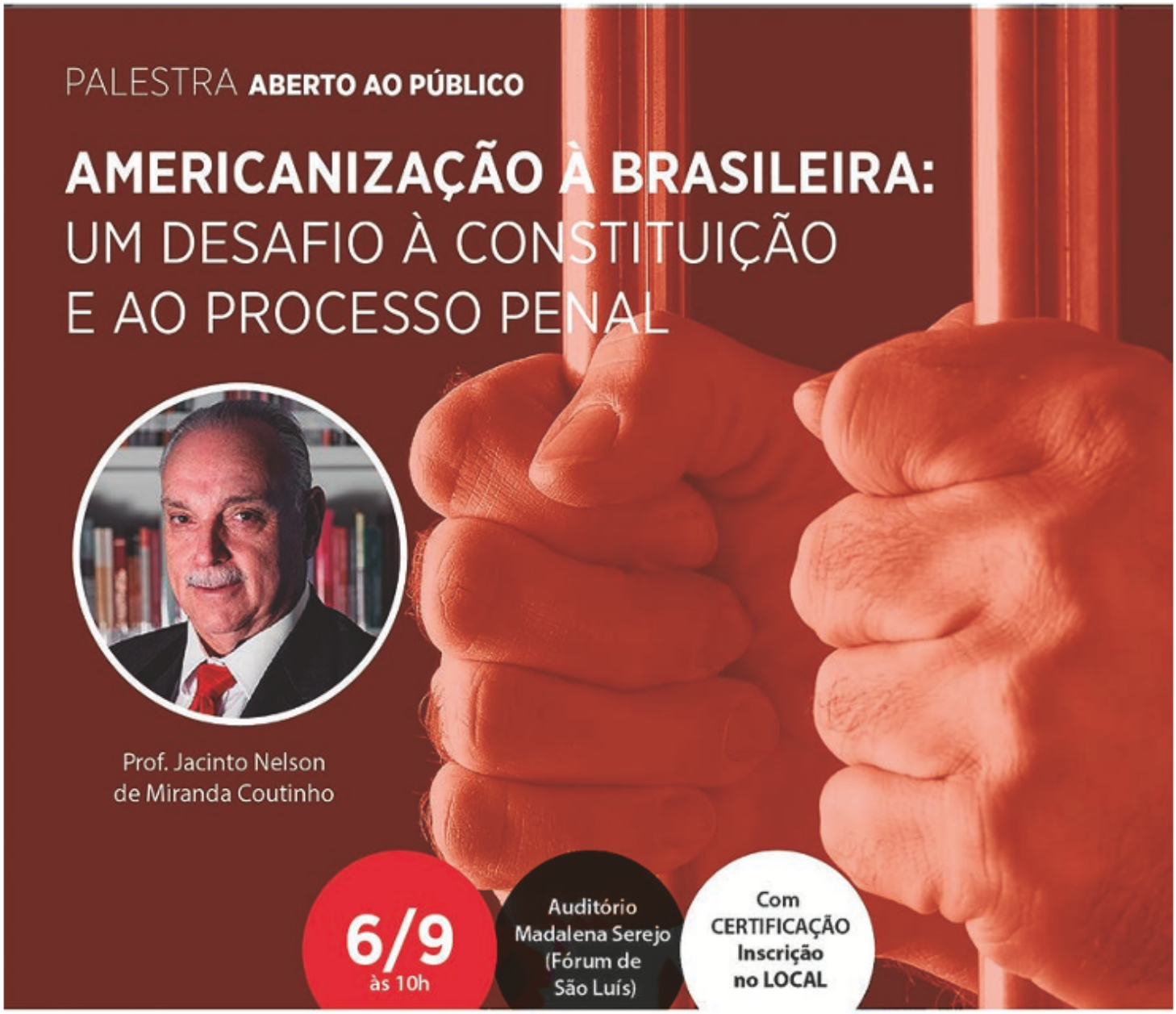
ESTADO MAIOR

E MAIS

• A sétima edição do projeto "Balcão de Renegociação de Dívidas", em São Luís, movimentou o montante de mais de R$ 3,6 milhões em acordos financeiros.

• Os acordos envolveram empresas, instituições e cidadãos. A iniciativa foi do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão e ocorreu no período de 26 a 30 de agosto, em São Luís.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo



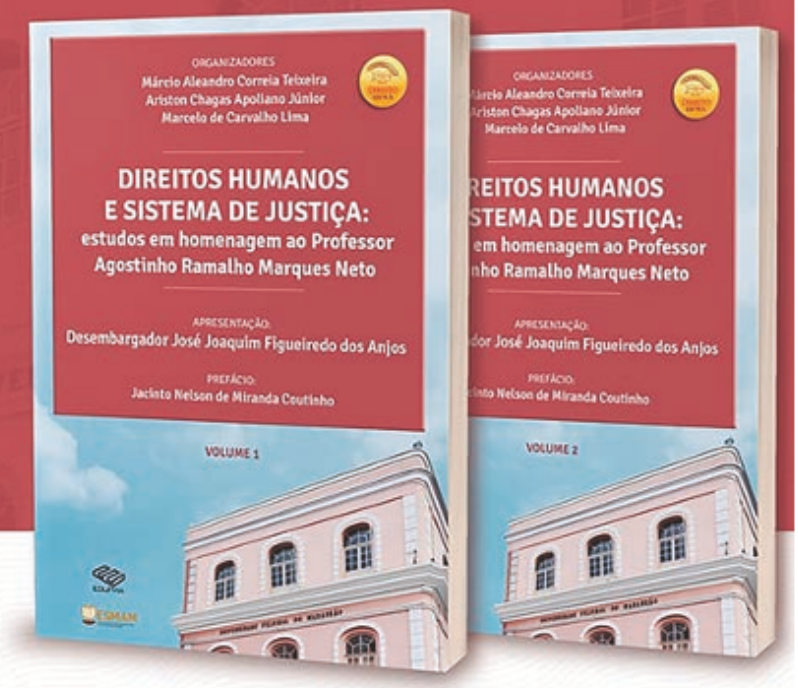
Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

CONVITE

Convidamos para o lançamento da obra coletiva:

DIREITOS HUMANOS E SISTEMA DE JUSTIÇA: estudos em homenagem ao Professor Agostinho Ramalho Marques Neto.

Parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).



- **Data:** 06 de setembro de 2019.
- **Local:** Palácio Cristo Rei.
- **Endereço:** Praça Gonçalves Dias, Centro, São Luís - MA.
- **Horário:** 19h.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONVOCAÇÃO Nº 02/2019 – TJMA
Processo Administrativo nº 26.824/2019
Credenciamento nº 01/2019 - TJMA

Objeto: Convocação das empresas interessadas no Credenciamento nº 01/2019, cujo objeto trata-se do credenciamento de empresas de tecnologia, sem custos para o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, especializadas na securitização de arrecadações, visando disponibilizar no âmbito do Poder Judiciário Maranhense, solução de tecnológica para recebimento de dívidas e outros, utilizando as principais bandeiras de cartão de crédito e débito do mercado. **Finalidade:** Demonstração da funcionalidade das soluções tecnológicas apresentadas nas propostas Técnicas; **Data:** 09 de setembro de 2019; **Horário:** 14:00h. **Local:** Auditório do Centro Administrativo do TJMA, localizada na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA; **E-mail:** **colicitacao@tjma.jus.br**. **Fone:** (98) 3261-6181 / 3261-6194. São Luís/MA, 30 de agosto de 2019.

Maurício Fernandes Lima – Coordenador de Licitação e Contratos. Matrícula nº 144576

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Começa hoje treinamento de implantação do Selo Eletrônico

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) dará início à implantação do Selo de Fiscalização Eletrônico nas serventias extrajudiciais do Maranhão neste mês de setembro de 2019. Nesta terça-feira (3), tem início o treinamento geral para implantação do Selo Eletrônico, com a capacitação para 283 unidades extrajudiciais no Estado. A medida – regulamentada pela Resolução GP nº. 482019.

A implantação do selo eletrônico – coordenada pelo Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) – atende às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para os serviços extrajudiciais de todo o Brasil.

"A implantação do Selo de Fiscalização Eletrônico está entre as melhorias implementadas pelo Poder Judiciário do Maranhão , estabelecendo mecanismos sólidos e estratégicos para o crescimento, evolução e modernização dos serviços jurisdicionais em cumprimento à política de transparência, garantindo celeridade e segurança para os cidadãos", assinalou o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo.

O novo selo utilizará o Sistema de Arquitetura Unificada para Informações Notariais e Registrais (Saiun), que permite aos tribunais a efetiva fiscalização eletrônica dos serviços extrajudiciais prestados pelos delegatários e por suas centrais de informações e certidões.

O sistema fornecerá ao Poder Judiciário informação em tempo real sobre os atos praticados por notários e registradores, com transmissão automática dos dados para o Tribunal de Justiça, sem ingerência humana. O acesso às informações do selo eletrônico poderá ser feita por QR Code ou no Portal do Judiciário do Maranhão (www.tjma.jus.br), na sessão "serviços ao cidadão", no ítem "selos de fiscalização".

TREINAMENTO

A etapa de treinamento geral será realizada no período de 3 a 6 de setembro de 2019. O curso será ministrado pelos técnicos das áreas de fiscalização e assessoria técnica do TJMA, juntamente à equipe da empresa especializada ANOREG/AM. Durante o treinamento, será apresentada a versão do Selo de Fiscalização Eletrônico mediante aulas práticas, disponibilização de um kit com videoaulas e legislações específicas, bem como, apresentação do cronograma específico de instalação e recolhimento dos selos físicos in loco.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Balcão de Renegociação de Dívidas do TJ movimenta mais de R$ 3,6 milhões

PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Balcão de Renegociação de Dívidas do TJ movimenta mais de R$ 3,6 milhões

A sétima edição do projeto "Balcão de Renegociação de Dívidas", em São Luís, movimentou o montante de R$ 3.607.022,75 (valor original) em acordos financeiros envolvendo empresas, instituições e cidadãos. A iniciativa foi do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão e ocorreu no período de 26 a 30 de agosto, no Rio Anil Shopping.

Foram registrados mais de 3.189 atendimentos presenciais, que resultaram em negociações num valor final de R$ R$ 1.609.142,51, com um percentual médio de descontos de 55,39%.

Além desse total, foram realizados também 197 atendimentos pela equipe de conciliadores da Justiça, referentes a agendamentos de sessões de conciliação em Centros de Solução de Conflitos de São Luís. Os valores somam R$ 308.210,77 (dívidas originais).

O "Balcão de Renegociação de Dívidas" integra o projeto 'Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos', desenvolvido pelo Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, com a finalidade de estimular o diálogo entre consumidores em situação de inadimplência e instituições credoras, com vistas à renegociação de dívidas.

CONTINUIDADE - O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, garantiu que o Judiciário maranhense continuará desenvolvendo projetos na modalidade do Balcão, buscando incentivar o diálogo, a conciliação e a pacificação social.

"Estamos convictos de que a conciliação é o melhor caminho para solucionar os conflitos dos cidadãos, especialmente em nossa sociedade, que encontra-se altamente endividada. Nesse sentido, continuaremos investindo nos meios consensuais de solução de conflitos, inclusive digitais, com vistas à pacificação social", frisou.

O desembargador atribuiu o sucesso do evento à mudança de cultura da sociedade, que tem valorizado cada vez mais a solução de demandas por meio do diálogo e conciliação, diante do atual cenário de crise econômica.

AVALIAÇÃO – O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, avaliou positivamente os resultados do Balcão, que, segundo ele, cumpre uma missão social pedagógica.

"O balanço desta edição foi bastante positivo, com ganhos imensuráveis para a Justiça, instituições e, principalmente, os cidadãos, que tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento e as vantagens da conciliação, da negociação direta com as empresas, inclusive via plataformas digitais. Dessa forma, o projeto vem cumprindo sua função pedagógica junto à sociedade", pontuou o magistrado, agradecendo o apoio dos parceiros para o êxito do projeto.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Prefeita de Paço do Lumiar homologa o polêmico concurso

A prefeita de Paço do Lumiar, Paula da Pindoba homologou nesta sexta-feira, 30, o concurso público do município, acatando a liminar expedida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. A homologação e anulação do certame feita na gestão de Domingos Dutra (PCdoB), foi alvo de protestos e manifestações por parte dos candidatos.

A Prefeitura de Paço do Lumiar se pronunciou através de nota sobre sua decisão

Confira a nota na íntegra:

Em respeito aos queridos luminenses, e em razão dos princípios da publicidade e transparência, sobre o concurso público de Paço do Lumiar, tenho a esclarecer o seguinte:

1 – Como é de conhecimento público, estou no exercício do cargo de Chefe do Executivo do Município de Paço do Lumiar desde o final do dia 1º de agosto de 2019, quando fui empossada pela Câmara Municipal (ou seja, há menos de um mês). Eu era a vice-prefeita e assumi por causa do afastamento, por motivo de doença, do então Prefeito Municipal Domingos Dutra;

2 – Em 06 de agosto de 2019, fui notificada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para dar cumprimento à decisão judicial que determinou a homologação do concurso e a nomeação de uma única candidata. Vale lembrar que o referido concurso público foi anulado pelo então Prefeito Domingos Dutra em 19 de julho de 2019, face os indícios de fraudes;

3 – À respectiva decisão judicial, houve a devida resposta por parte do Município, que ajuizou recurso, o qual ainda não foi julgado. Contudo, mesmo antes do julgamento do recurso, fui intimada a cumprir a decisão judicial, razão pela qual determinei a homologação "sub judice" do concurso com o fim específico de respeitar o conteúdo da decisão provisória do TJ;

4 – Esclareço ainda que já determinei à Procuradoria Geral do Município que continue adotando todas as medidas necessárias para prevalecer o interesse público. Também reafirmo meu compromisso com a população do nosso querido município de Paço do Lumiar de realizar uma administração pública proba, séria e transparente que se preocupa, todos os dias, com o bem-estar da sua gente e com a correta aplicação dos recursos municipais.

Paço do Lumiar, 30 de agosto de 2019
Maria Paula Azevedo Desterro
Prefeita Municipal em exercício de Paço do Lumiar – MA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Entre Doses

(ALTERÉ BERNARDINO)

PORTELA PODE SER AFASTADO

O poder Judiciário está na iminência de solicitar o afastamento do secretário de Estado de Segurança, Jefferson Portela. Isso pode acontecer caso haja entendimento ser necessário para evitar eventual embaraço às diligências que serão feitas pela Assessoria Especial de Investigação da PGJ-MA (Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão) que deu início a um processo investigatório, onde o titular da pasta da segurança é o personagem principal. Esse fato acontece em decorrência da PGJ-MA ter convertido em procedimento investigatório a acusação de ocorrências de escutas e monitoramentos de desembargadores, juízes e políticos por suposta determinação do titular da pasta da segurança estadual. A decisão da Procuradoria foi tomada esta semana, a partir da representação formulada pelo deputado federal Edilázio Junior, tendo como base denúncia dos ex-chefes da SEIC (Superintendência Estadual de Investigações Criminais), ex-delegado Thiago Bardal, e do DCCO (Departamento de Combate ao Crime Organizado), delegado Ney Anderson.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

OPORTUNIDADE

Orçamento prevê mais de 30 mil vagas em concursos

Embora o governo confirme que não deve realizar qualquer concurso público federal em 2020, o Projeto de Lei Orçamentário entregue no Congresso Nacional pelo Executivo prevê o preenchimento de 34.776 postos, sendo 30.335 junto ao Poder Executivo, 117 no Poder Legislativo e 4.324 junto ao Poder Judiciário. PÁGINA 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

CONCURSOS

Orçamento prevê 34 mil vagas para 2020

Embora o governo não confirme qualquer concurso público em 2020, o projeto do orçamento conta com vagas previstas tanto para preenchimento quanto para criação

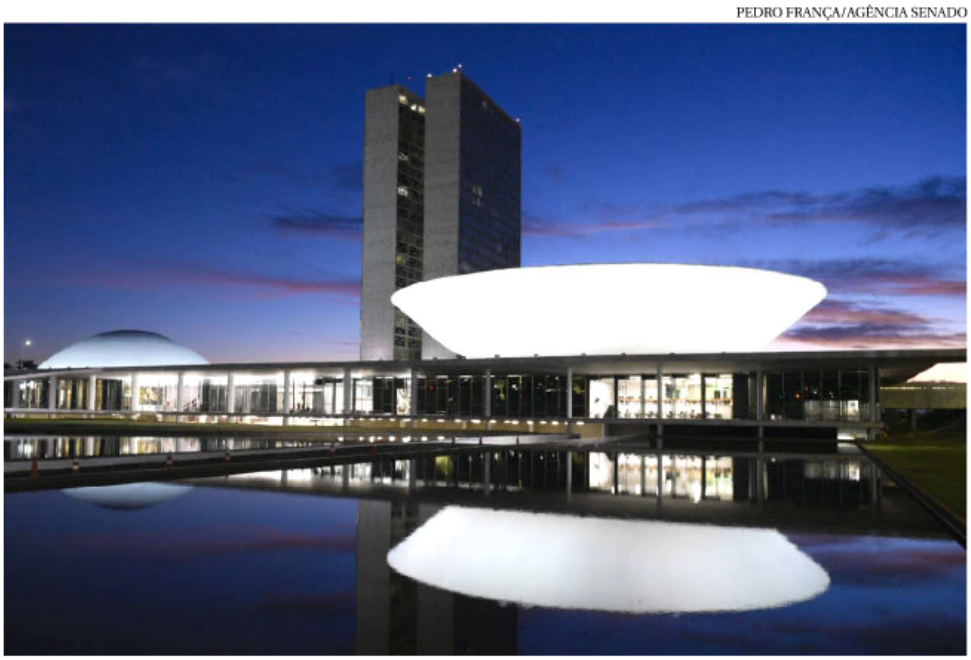
Embora o governo confirme que não deve realizar qualquer concurso público federal em 2020, o Projeto de Lei Orçamentário Anual 2020 (PLOA 2020), entregue no Congresso Nacional pelo Executivo no último dia 30 de agosto, parece não reforçar tal intenção. Acontece que o documento prevê o preenchimento de 34.776 postos, sendo 30.335 junto ao Poder Executivo, 117 no Poder Legislativo e 4.324 junto ao Poder Judiciário, já considerando vagas previstas para simples provimento e criação de postos.

Porém, é preciso ter em mente que a aprovação do projeto do orçamento não obriga o governo a preencher os postos previstos. Serve apenas para que sejam reservadas verbas para a realização dos respectivos concursos que, para efetivamente ocorrer, dependerão de efetiva autorização posterior por parte do governo.

Do total de vagas de concurso público federal previsto no projeto orçamentário, 30.335 são para o Executivo, sendo 6.509 para preenchimento de vagas em cargos da administração pública em geral, sem especificação dos respectivos órgãos, 19.520 para cargos em universidades públicas federais, 491 para a Universidade Federal do Norte de Tocantins e 1.801 postos nas forças armadas, incluindo exército, marinha e aeronáutica.

Também estão sendo previstas 1984 oportunidades especificamente para o Distrito Federal, sendo 856 para a Polícia Militar (PM DF), 378 para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e 750 para a Polícia Civil do Distrito Federal (PC DF).

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



O DOCUMENTO PREVÊ O PREENCHIMENTO DE 34.776 POSTOS APENAS EM 2020

A proposta prevê, ainda, 30 vagas para preenchimento junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

No caso do poder legislativo, o projeto de lei orçamentário prevê 117 postos, sendo 77 para provimentos autorizados na Câmara dos Deputados e 40 para o Senado Federal.

Para concurso público federal junto ao poder judiciário, a proposta orçamentária prevê 1.871 oportunidades, sendo 62 para o Supremo Tribunal Federal (STF), 50 para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), 450 para a Justiça Federal; 89 para a Justiça Militar da União, 1.002 para a Justiça Eleitoral, 90 para a Justiça do Trabalho; e 128 para a Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Também está prevista a criação de 1.417 vagas no Poder Judiciário da União, sendo 625 cargos na Justiça Federal, 740 na Justiça Militar da União e 52 na Justiça do Trabalho.

Também está previsto o preenchimento de 25 vagas no Ministério Público da União (MPU), sendo seis para o Ministério Público Militar, cinco no Ministério Público do Trabalho e 14 na Escola Superior do Ministério Público da União.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Balcão de Renegociação de Dívidas do TJMA movimenta mais de R$ 3,6 milhões

A sétima edição do projeto "Balcão de Renegociação de Dívidas", em São Luís, movimentou o montante de R$ 3.607.022,75 (valor original) em acordos financeiros envolvendo empresas, instituições e cidadãos. A iniciativa foi do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão e ocorreu no período de 26 a 30 de agosto, no Rio Anil Shopping.

Foram registrados mais de 3.189 atendimentos presenciais, que resultaram em negociações num valor final de R$ R$ 1.609.142,51, com um percentual médio de descontos de 55,39%.

Além desse total, foram realizados também 197 atendimentos pela equipe de conciliadores da Justiça, referentes a agendamentos de sessões de conciliação em Centros de Solução de Conflitos de São Luís. Os valores somam R$ 308.210,77 (dívidas originais).

O "Balcão de Renegociação de Dívidas" integra o projeto 'Consumidor Adimplente - Cidadão com Plenos Direitos', desenvolvido pelo Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, com a finalidade de estimular o diálogo entre consumidores em situação de inadimplência e instituições credoras, com vistas à renegociação de dívidas.

CONTINUIDADE - O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, garantiu que o Judiciário maranhense continuará desenvolvendo projetos na modalidade do Balcão, buscando incentivar o diálogo, a conciliação e a pacificação social.

"Estamos convictos de que a conciliação é o melhor caminho para solucionar os conflitos dos cidadãos, especialmente em nossa sociedade, que encontra-se altamente endividada. Nesse sentido, continuaremos investindo nos meios consensuais de solução de conflitos, inclusive digitais, com vistas à pacificação social", frisou.

O desembargador atribuiu o sucesso do evento à mudança de cultura da sociedade, que tem valorizado cada vez mais a solução de demandas por meio do diálogo e conciliação, diante do atual cenário de crise econômica.

AVALIAÇÃO - O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, avaliou positivamente os resultados do Balcão, que, segundo ele, cumpre uma missão social pedagógica.

"O balanço desta edição foi bastante positivo, com ganhos imensuráveis para a Justiça, instituições e, principalemente, os cidadãos, que tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento e as vantagens da conciliação, da negociação direta com as empresas, inclusive via plataformas digitais. Dessa forma, o projeto vem cumprindo sua função pedagógica junto à sociedade", pontuou o magistrado, agradecendo o apoio dos parceiros para o êxito do projeto.

PLATAFORMA - Os dados oficiais do Balcão evidenciam o uso expressivo da plataforma digital consumidor.gov pela população, nesta edição. Durante o evento, além das negociações presenciais, foram registradas propostas de acordo com empresas cadastradas na plataforma pública - do Ministério da Justiça - que contabilizaram o valor (original) de R$ 772.972,95, em 413 atendimentos.

As instituições possuem um prazo de 20 dias úteis, após o envio das tentativas de acordos, para confirmar as negociações ou propor outras. Mais de 500 empresas estão disponíveis aos cidadãos na plataforma eletrônica.

"Os dados demonstram que a sociedade maranhense está se familiarizando, cada vez mais, com os recursos tecnológicos voltados para o tratamento adequado de conflitos, que oferecem praticidade e agilidade às negociações realizadas", frisou o magistrado Alexandre Abreu.

OPORTUNIDADE - A iniciativa da Justiça maranhense em promover o Balcão de Renegociação de Dívidas foi elogiada pelos cidadãos que participaram do evento.

"Esse projeto é muito importante para a população maranhense, afinal, existe muita gente endividada em nosso estado, em nosso país. É gratificante ver a Justiça intermediando essas questões e se aproximando mais dos cidadãos", disse o aposentado Délcio de Castro Barros.

Délcio Barros, residente em Guimarães (MA), soube do evento pela TV e veio, rapidamente, a São Luís para aproveitar a oportunidade e tentar solucionar questões antigas com a Cemar e a Caema, referentes a contas antigas, deixadas em aberto por um inquilino que alugou uma casa de sua propriedade.

SENSIBILIZAÇÃO - Aos cidadãos que não puderam participar do evento, a coordenação informa que tem realizado um trabalho de sensibilização junto às empresas e instituições parceiras para a prorrogação, em suas respectivas sedes, das vantagens oferecidas durante a semana do Balcão.

Algumas das empresas que se comprometeram com a continuidade das facilidades foram: Caixa, Caema, Cemar, Bradesco

PARCEIROS - Participaram desta edição: Banco Bradesco, Cemar, Caema, Caixa Econômica, Oi, Lojas Gabryella, Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Facam e Ceape.

BALANÇO - Dados divulgados pelo Núcleo de Solução de Conflitos, em dez edições anteriores do Balcão - realizadas em São Luís (6) e nas comarcas de Imperatriz, Santa Inês, São José de Ribamar e Timon - registram a marca de 25 mil atendimentos, 47 milhões (débitos originais) que resultaram em R$ 29 milhões em débitos renegociados, com uma média de descontos de 37,5%.

(Amanda Campos - TJMA)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Divulgação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Empossados juízes em Timbiras e Caxias

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, deu posse, por procuração, aos juízes Pablo Carvalho e Moura e Paulo Afonso Vieira Gomes nas comarcas de Timbiras e 1ª Vara da comarca de Caxias, respectivamente.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos, representou os juízes na cerimônia de posse.

O ato solene de assinatura do Termo de Compromisso e Posse foi lido pelo diretor-geral do Tribunal, Mário Lobão.

O juiz Pablo Carvalho e Moura, titular da comarca de São Domingos do Azeitão, foi removido, a pedido, pelo critério de merecimento, para a comarca de Timbiras. Ambas são de entrância inicial.

Já o juiz Paulo Afonso Vieira Gomes, titular da 1ª Vara da comarca de Caxias foi promovido, pelo critério de antiguidade, com titularidade na mesma unidade judiciária, de entrância intermediária.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Rapidinhas

• Os servidores do Poder Judiciário do Maranhão que trabalham em unidades que alcançaram a meta de produtividade estabelecida para o ano de 2018 receberão, nesta quinta (5), a Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), referente ao período.

• O pagamento do benefício será no valor integral do vencimento base, desde que obedecidas as regras estabelecidas na Resolução GP nº 44/2017, que regulamenta a gratificação.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo